



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
PRIVADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DO BAIRRO, REALIZADA NO DIA
31 DE MAIO DE 2021**

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, no Salão Nobre da Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas nove horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Carlos Alberto de Barros Ferreira, a reunião extraordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro ao abrigo do disposto no art.º 41.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.....

Procedeu-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 – RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2020, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2020, INVENTÁRIO DO ANO DE 2020 E APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO 2020.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente da Câmara, a Vereadora Lília Águas e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Carlos Ferreira...

O **Presidente da Câmara**, referiu que no presente ano a análise aos documentos é efetuada em dois tempos, o primeiro em fevereiro quando se aprovaram as despesas, as receitas e se analisou o saldo a transferir, ou seja, metade dos documentos já foram objeto de análise, a segunda que agora se efetua, é a análise patrimonial, do comportamento em sede de balanço e a demonstração de resultados.....

Realçou o facto de se ter passado para um novo sistema contabilístico, a qual aproxima os Municípios da realidade empresarial, ou seja, o SNC-AP adapta às entidades públicas a realidade privada, o que significa que todos os normativos foram aplicados à data de 1 de janeiro de 2020.

Esclareceu que os efeitos da aplicação do SNC-AP prendem-se com a depreciação dos ativos, uma vez que os mesmos passam a ter taxas totalmente diferentes.

No que respeita às questões patrimoniais, disse continuar uma que é antiga, que é da AdRA, sendo que o EBF começou a ser revisto nos primeiros meses de 2021 e da qual já deu nota numa Assembleia Municipal.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Referiu que o Prazo Médio de Pagamento do Município ronda os 5 dias, estando ainda a capacidade de endividamento do Município espelhada no documento, o que permite, se assim se entender, fazer mais investimentos e endividar-se.

Mencionou que o Resultado é o menos relevante, já que significativo é a capacidade de realizar investimento. O Resultado é uma mera apresentação, é demonstrativo das opções aqui tomadas, designadamente as transferências para famílias e para entidades e também reflete a diminuição de receitas em determinadas áreas, como foi o caso das Piscinas, das Refeições, já que também não foram os serviços prestados.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que a Prestação de Contas faz uma resenha daquilo que foi o Mandato do Executivo Municipal, salientando que não se pode afirmar que o Executivo nada fez ou que fez pouco, teve sim, as suas opções, assumiu-as desde o início e foram claramente visíveis para a população.

Disse não conseguir discernir um conjunto coerente e estratégico em relação ao rumo do Executivo Municipal, porque se o anterior Executivo promoveu um grande investimento na área da educação e que foi reconhecido pela Oposição à data, não deixa de ser um facto que ainda na última Reunião de Câmara se questionou acerca do Plano Estratégico de Desenvolvimento Municipal e quais as opções do atual Executivo Municipal, tendo sido respondido que as mesmas passavam pelas Zonas Industriais, contudo, por muitos projetos que possa haver, o que é certo é que, até ao momento, o que é mais visível no final do presente Mandato foi a lista de expropriações que saiu no Jornal da Bairrada e o arranque das obras de melhoria do arruamento na Zona Industrial de Bustos, tudo o resto ainda está para iniciar, daquela que era a grande opção estratégica do atual Executivo Municipal. Referiu, ainda, que a maioria das ações políticas do atual Executivo prendeu-se com os Protocolos, Projetos e Financiamentos que foram deixados pelo anterior Executivo do PPD/PSD e por um claro aproveitamento daquilo que eram os financiamentos, principalmente na área do ambiente.

Acrescentou que o valor das transferências para as Instituições foi, no atual Mandato, inferior ao do Mandato anterior.

Constatou que a Receita proveniente do IMI tem aumentado, pelo que se pode averiguar que atitudes se podem tomar por forma a beneficiar a população, reduzindo-se assim esta cobrança direta.

Disse ainda que, pelo que consegue analisar, se a Câmara Municipal fosse uma empresa, verificava-se que contabilisticamente está tudo certo, contudo a Câmara Municipal não é uma empresa e se o PPD/PSD tomou sempre uma posição contra a aprovação dos Planos de Atividades, porque não se revia nas opções estratégicas, ou por não descortinar aquelas que poderiam ser as opções estratégicas do Município, também não poderá votar favoravelmente em relação ao presente documento.

O **Vereador Carlos Ferreira**, disse que há muito tempo que não se via um documento elaborado sem



Oliveira do Bairro câmara municipal

falhas, pelo que louvou o Executivo por esse facto.

Disse existir uma Execução Orçamental de 89,7% da dotação da Receita e de 75,46% da Dotação da Despesa, sendo que ao nível das Grandes Opções do Plano o grau de execução foi de 63,7% e no Plano Plurianual foi de 57,41% e no Plano de Atividades foi de 76,61%, sendo que a margem disponível ultrapassava os cinco milhões de euros.

Louvou o esforço que foi feito para diminuir o prazo médio de pagamentos.

Realçou o Resultado Líquido no período superior a trezentos mil euros e um Saldo de Gerência superior a três milhões de euros e que denota as opções políticas do Executivo Municipal e que a grande prioridade definida para o desenvolvimento económico era a expansão das Zonas Industriais, tal como já vinha definido desde 2018, pelo que procurou saber como se justifica a reduzida execução orçamental nesta área, que foi de apenas 58% e quanto é que a Câmara Municipal já realizou em Receita, com a venda de lotes em Zonas Industriais.

A conclusão importante que retira da leitura do documento é que houve uma execução orçamental da Receita de cerca de 89,7% e uma baixa execução das Grandes Opções do Plano, que foi apenas de 63,7% e que a Pandemia não pode justificar, uma vez que houve um aumento de Receita ao nível dos impostos, o que significa que a economia não atrofiou em 2020 numa proporção que justificasse uma regressão da execução das Grandes Opções do Plano.

Relembrou que a Câmara Municipal não é uma empresa e, por conseguinte, o dinheiro dos contribuintes deveria ser investido para o bem-estar de todos os Municípios de Oliveira do Bairro.

O **Vereador António Mota**, disse em relação ao Prazo Médio de Pagamentos que, com um saldo que é apresentado e estando o dinheiro disponível, mau seria se fossem ultrapassados prazos muito superiores a 5/6 dias.

Referiu que em matéria de investimento, este esteve muito aquém do que era perspetivado pela Câmara Municipal, sendo que o investimento havido foi basicamente ao nível das obras que foram comparticipadas, sendo que, o que se encontrava previsto fica muito aquém do que era pretendido, uma vez que se equacionava um investimento na ordem dos dez milhões de euros e somente foram investidos cerca de cinco milhões de euros.

Constatou que a Câmara Municipal não tem onde gastar o dinheiro, o que começa, na sua opinião, a ser grave, com especial ênfase no final de um Mandato, o que significa que a Câmara Municipal fracassou na execução de grandes projetos que inicialmente previa executar, apesar de reconhecer alguns entraves que dificultam o avanço de alguns deles.

No que à Despesa Corrente diz respeito, disse que não se tem verificado um aumento considerável, havendo aliás uma diminuição em 2020, relativamente ao ano de 2019, o que pode ser justificado pela questão da Pandemia.

Disse que o Presidente da Câmara tem um grave problema, tem dinheiro para gastar, mas não tem



Oliveira do Bairro câmara municipal

projetos em que gastar, pelo menos a curto/médio prazo, entendendo que têm de ser encontrados projetos para se proceder ao gasto desse mesmo dinheiro, uma vez que considera a situação bastante preocupante.....

Referiu ser fundamental que a Autarquia avance com os projetos de ampliação das Zonas Industriais e que com os erros que agora foram detetados, tente eliminar contratempos futuros em outras Zonas Industriais e assim se possa desenvolver um trabalho meritório.

No que respeita ao endividamento, pelo que verificou, a Câmara Municipal pode pedir empréstimos para financiar as grandes obras que se pretendem e que contribuem para o desenvolvimento económico do Concelho de Oliveira do Bairro.....

Concluiu dizendo que terá de haver sempre projetos pensados e prontos para avançar, de modo a que não se mantenham os saldos atuais.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que nas páginas 46 a 48 do presente Relatório se encontram mencionados aqueles que foram os pilares do Programa Eleitoral do CDS-PP e que no fundo definem a estratégia do atual Executivo Municipal, sendo que ali também se pode observar de uma forma resumida aquilo que de principal foi levado a efeito.

Entende que a principal prioridade do atual Executivo Municipal, as Zonas Industriais, não correu no timing pretendido e desejável, uma vez que a Câmara Municipal tem sido confrontada com burocracia difícil de ultrapassar, esperando que já se esteja perto da solução final e de fazer aquilo que gostaria que já se tivesse feito, ou seja, ter já em obra a ampliação da Zona Industrial de Vila Verde.

Terminou a sua intervenção, dizendo que o dinheiro que se encontra no saldo, tem todo ele destino e mais virá para outros projetos futuros.

O **Presidente da Câmara**, disse que se não existir disponibilidade financeira não pode haver compromissos e somente no corrente ano é que foi possível ao Município assumir os saldos de gerência e assumir outro tipo de estratégia no mês de fevereiro, sendo que nos anos anteriores tal tem sucedido apenas no mês de abril, ou seja, o Município tem andado cerca de quatro ou cinco meses sem poder assumir a disponibilidade financeira, sem se poder comprometer, o que atrasa a assunção de compromissos.....

Referiu que atualmente o Município possui cerca de três milhões e meio em obras, exceto as PARU's, de compromissos assumidos e que tem de ter disponibilidade financeira.

Relembrou que a obra da Escola Dr. Fernando Peixinho custa cerca de um milhão e meio e tinha um compromisso de financiamento de meio milhão. Hoje, esse financiamento é de mais de um milhão e cem mil, ou seja, esses seiscentos mil euros que vieram a mais e entraram nos cofres do Município fizeram igualmente aumentar o saldo.

Referiu que o investimento a ser efetuado na Zona Industrial de Vila Verde ascende a três milhões de euros e o Município tem possibilidade de fazer essa mesma obra, o mesmo sucedendo com a



Oliveira do Bairro câmara municipal

empreitada da Escola Secundária, que se desconhece ainda qual o valor da comparticipação, mas existe capacidade financeira para fazer a obra.

De igual forma, referiu que a obra de requalificação urbana da zona central de Oiã encontra-se praticamente pronta para avançar, tendo lembrado que para fazer um qualquer investimento por parte do Município, o processo demora bastante tempo.

A respeito das transferências para o tecido associativo, lembrou que as AAAF's eram asseguradas por Associações e numa ótica de transferência para as mesmas, agora foi aberto procedimento concursal e esse apoio integra uma Prestação de Serviços.

Quanto ao IMI e outros impostos, lembrou que a Pandemia veio dilatar o pagamento dos impostos, mas não retirou a obrigatoriedade de efetuar esses mesmos pagamentos.

Em relação às sinergias com as Juntas de Freguesia disse saber qual a postura dos Executivos Municipais anteriores relativamente às Juntas, dado ter sido Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias, tendo havido um corte substancial no Mandato passado, porque o Executivo de então entendia que aquela Freguesia recebia muito e ninguém defendeu os interesses daquela Freguesia à exceção do seu Presidente.

Acrescentou, a este respeito que, durante dois anos não foi fornecido qualquer areão à Junta de Freguesia, o que obrigou à aquisição de um terreno destinado à exploração de inertes e tal sucedeu porque o Município não cumpria. Hoje, nos finais de maio, as Juntas de Freguesia já têm ao seu dispor os materiais todos, porque existe um planeamento do fornecimento.

Reiterou que além dos três grandes projetos que mencionou, existem outros projetos que estão preparados para serem lançados a concurso, porque existe disponibilidade orçamental para esse efeito, porque o facto de haver uma disponibilidade financeira de três milhões de euros não significa que os mesmos já não se encontrem todos comprometidos, porque estão.

Lembrou que o Município avançou com a construção das Unidades de Saúde porque tinha disponibilidade financeira, está a assumir aquelas obras na sua totalidade, sendo que apenas agora se candidatou à respetiva comparticipação, esperando que essa candidatura seja aprovada e o dinheiro entre no Município.

Disse ter tido o cuidado de observar os saldos de gerência dos últimos dez anos, verificando que houve anos em que os valores rondavam os dois ou três milhões, contudo, nem por isso o Prazo Médio de Pagamentos era de 5 dias, mas sim, muito acima dos 90 dias.

Concluiu dizendo que a Câmara Municipal não é uma empresa, contudo tem de ter sustentabilidade.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, após análise do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2020 e ter verificado todos os documentos nos termos das Instruções do Tribunal de Contas, deliberou por Maioria, com os Votos Contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Carlos Ferreira, o seguinte:



Oliveira do Bairro câmara municipal

1.º - Aprovar o Relatório de Gestão de 2020 e os Documentos de Prestação de Contas de 2020 e remeter os mesmos à Assembleia Municipal com vista à competente apreciação e votação, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugada com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;.....

2.º - Aprovar o Inventário 2020, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados, nos termos da alínea b) do n.º 22 da Resolução do Tribunal de Contas n.º 2/2020 de 3 de dezembro, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 248 de 23 de dezembro de 2020, e remeter os mesmos à Assembleia Municipal para apreciação ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

3.º - Tendo-se apurado no exercício de 2020 um Resultado Líquido positivo de 338.233,99 € (trezentos e trinta e oito mil, duzentos e trinta e três euros e noventa e nove centavos) seja transferido integralmente para a conta 56 – Resultados Transitados.

.....

RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia **28 de maio** do ano de **2021**, do qual constam os seguintes dados e valores:.....

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: **3.736.769 Euros e 97 Centavos**

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: **692.148 Euros e 09 Centavos**

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: **4.428.918 Euros e 06 Centavos**

.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dez horas e vinte minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Técnico Superior, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

.....

José Miguel Cardoso Duarte



Oliveira do Bairro câmara municipal

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Carlos Alberto de Barros Ferreira